

ATA DE ASSEMBLEIA EXTRAORDINÁRIA DA FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DO ESTADO DE MATO GROSSO – FAMATO, REALIZADA NO DIA OITO DE AGOSTO DE DOIS MIL E TREZE.

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e treze (08/08/2013), na sede do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – Senar-AR/MT, localizada no Edifício Senar, na Rua Eng. Edgard Prado Arze, s/nº, Quadra 01, Setor A, Centro Político Administrativo, na cidade de Cuiabá. Às 8hs constatou-se a presença de 62 (sessenta e dois) representantes legais dos Sindicatos Rurais, do total de 86 (oitenta) convocados aptos a votar. Número suficiente para abertura da assembleia em primeira convocação, conforme registro de presença em lista própria. Sendo assim, iniciou-se a discussão da Assembleia Extraordinária convocada com a seguinte ordem do dia: **Item 1 – Deliberação sobre o benefício financeiro que fora conquistado por meio do acordo com a Monsanto; Item 02 – Assuntos Gerais.** O Presidente da Famato, RUI CARLOS OTTONI PRADO, cumprimentou os presentes, dando-lhes boas vindas. Convidou os senhores 1º Vice-Presidente, NORMANDO CORRAL e o Diretor Administrativo Financeiro, NELSON LUIZ PICCOLI, para comporem a mesa. Antes de abordar a pauta, aproveitou para convidar todos para a Bial da Agricultura que teria início logo mais a noite, no mesmo local. Feito isso, informou que seria invertida a pauta prevista no edital. Nesse sentido, iniciou-se pelo **Item 02 – Assuntos Gerais.** O Senhor Rui Prado pediu que o senhor LUIZ CARLOS GONÇALVES, presidente do Sindicato Rural de Nova Mutum, falasse sobre a questão tributária do calcário em Mato Grosso. O Senhor Luiz agradeceu e, em seguida, pediu apoio dos sindicatos rurais em relação ao valor dos tributos sobre o frete de calcário no estado. Os senhores Mancotto (Calcário de Nobres), Canciano (Copacel) e Carlos Pedro (Grupo Recal) informaram que a Sefaz está exigindo que as empresas tenham o conhecimento eletrônico do transporte de calcário, CTE e CTA, o que, com esta medida, a cada dia vem se tornando inviável o custo do frete. O Senhor RUI PRADO agradeceu a participação dos representantes do calcário e se colocou a disposição para ajudar. Presidente informou que por sugestões encaminhadas, solicitando a Famato encabeçar uma manifestação sobre a inoperância, má gestão e falta de transparência do governo de Mato Grosso. Foi feita uma apresentação em slides de forma a demonstrar os principais temas a ser abordados durante a manifestação, tais como: Defesa Sanitária; Logística; Desvio de função do Fethab; Falta de Investimentos; Tributos. Foi apresentado também o modelo estratégico de como deveria ocorrer o manifesto, quais entidades poderiam ser convidadas, qual o trajeto. O Presidente citou que a Famato pediu, há mais de dois anos, o reestabelecimento do Conselho do Fethab, e a até hoje não obteve resposta. Após a apresentação abriu a palavra ao plenário para manifestação dos presentes. O Senhor RUI DE FARIA, presidente do Sindicato Rural de Porto Estrela, sugeriu que a manifestação fosse mais ostensiva, e que as vias de acesso e a Sefaz deveriam ser fechadas para que o governo pare, e com isso o Estado deixe de arrecadar, pois entende que só dessa forma serão todos ouvidos e providências serão tomadas. O Senhor EDUARDO BARONI, presidente do Sindicato Rural de Barra do Garças, relatou que a cidade há tempos vem sofrendo com o trânsito e congestionamentos de caminhões dentro da cidade, devido o posto da SEFAZ estar instalado em local onde prejudica o tráfego dos munícipes e há tempos existia a promessa de construção do anel viário e que o problema só foi resolvido quando a população fechou o posto e não deixou ninguém passar. O Senhor LUIZ CARLOS GONÇALVES, Presidente do Sindicato de Nova Mutum, relatou não apenas em relação à agricultura ou tributação, mas também, há um enorme descaso com a saúde pública e a população está pressionando as lideranças, em busca de soluções. O Senhor ANTÔNIO CARLOS CARVALHO DE SOUSA, Presidente do sindicato rural de Santo Antônio do Leverger, destacou que há muito tempo as

associações vêm enviando documentos para o governo, os quais não surtiram efeito. Por isso, as entidades estão cansadas e, agora, a providência a ser tomada deve ser outra. O Senhor VILMAR SCHERER, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Vera, relatou sua indignação com o Poder Público e a atual gestão, e apoiou uma mobilização mais ostensiva. O Senhor JORGE ANTÔNIO PIRES DE MIRANDA, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Cuiabá, parabenizou o senhor Vilmar pelas palavras, e sugeriu que fossem escolhidas as 10 cidades que mais arrecadam no Estado para fazer um movimento no mesmo dia e, dessa forma, o sistema fica fragilizado e para. Também sugeriu que o nome da manifestação “*É Hora de Quem Planta e Produz*”. Os Senhores LAÉRCIO PEDRO LENZ, Presidente do Sindicato Rural de Sorriso, o Senhor LUIZ FERNANDO GUERREIRO, Presidente do Sindicato Rural de Campo Verde, também apoiaram a sugestão de manifestação mais ostensiva, porque, mesmo que tenha menos pessoas, chamará mais a atenção da SEFAZ e do governo do Estado. O Senhor EDUARDO PIMENTA DE FARIAS, Presidente do Sindicato Rural do Vale e Rio Branco, informou que os produtores rurais estão cobrando do sindicato uma posição em relação à falta de estrutura da estrada que liga Rio Branco à Barra do Bugres. Por isso, o mesmo se mostrou de acordo com uma mobilização para fechar a SEFAZ. O Presidente RUI PRADO agradeceu as opiniões e esclareceu que a proposta da Famato é apenas um esboço para ser moldado conforme sugestões. O Senhor NELSON LUIZ PICCOLI, Diretor Administrativo Financeiro, concordou com a sugestão do Senhor Jorge Pires e sugeriu que fosse constituído um grupo de representantes do segmento em Cuiabá, para que no mesmo dia das paralisações nas cidades o grupo vá até aos órgãos levar um documento informando sobre as reivindicações e o prazo em que ficará fechado, até a solução dos problemas. Também perguntou se o movimento deverá ser feito só com o segmento agropecuário, ou, se o segmento das indústrias e comércio deve ser convidado. O Senhor NORMANDO CORRAL, 1º Vice-presidente, destacou que o movimento deverá ser feito de forma sensata e com estratégia, estando preparado para tudo, pois é o nome da instituição que será mostrado e é preciso zelar para que, nem a Famato, nem as outras associações agreguem-se a atitudes de vandalismo. Também sugeriu que o movimento não se resuma em apenas uma passeata de um dia, mas que dure uma semana. Após, O Senhor RUI PRADO pediu que os presentes votassem a favor ou contra ao movimento. Não havendo votos contra, ficou decidido que o movimento será feito. O Presidente informou ainda, que a Famato solicitou um estudo para FGV – Fundação Getúlio Vargas, para saber qual a realidade dos custos que a classe produtora do estado desembolsa com a alta carga tributária. Disse que em breve esse estudo será apresentado de forma mais esclarecedora. O Senhor RUI PRADO apresentou algumas sugestões de datas de quando o manifesto deveria ocorrer. Após as discussões e pela maioria decidiu que o melhor período para ocorrer a manifestação será na última semana de agosto e que seria enviado um cronograma aos Sindicatos. O Senhor RUI PRADO informou que teve que se ausentar da sala por um instante pois havia acabado de receber uma ligação do Deputado José Riva solicitando uma reunião do Governador com o Presidente da Famato. Presidente informou que a reunião poderia ocorrer no dia 09 de agosto, dia seguinte da assembleia, e solicitou que quem pudesse deveria comparecer para ajudar nas reivindicações. O Senhor MARCOS DA ROSA alertou para não deixar o movimento tomar cunho político, pois essa ação é para representar o produtor rural. Encerrada as discussões sobre a manifestação o presidente passou a discutir o próximo item da pauta. **Item 1 – Deliberação sobre o benefício financeiro que fora conquistado, por meio do acordo com a Monsanto.** O Presidente iniciou essa pauta parabenizando aos 47 presidentes dos Sindicatos Rurais que assinaram o acordo com a Monsanto e informou que, atualmente, o processo está na fase de coleta de assinaturas, faltando assinatura e anuência da Aprosoja, a qual realizará assembleia no período vespertino, e do representante da Monsanto. Ele também relatou que quando a Aprosoja fez os estudos identificando que os *royalties* da Monsanto estavam vencidos desde 2010 (dois mil e dez) a Famato protocolou uma ação solicitando que os *royalties* não fossem mais cobrados e o reembolso dos valores cobrados indevidamente. Concomitante a isso, há uma ação no STJ – Superior Tribunal de

Justiça, da Monsanto contra o INPI, onde a empresa tenta revalidar o registro da patente e já teve o pedido negado pelo INPI. Presidente RUI PRADO acredita que por causa dessa decisão a Monsanto propôs um acordo que atendeu às duas solicitações da Famato, onde o reembolso será feito por meio de bônus no valor de R\$18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) por *hectare* durante quatro anos. Também esclareceu que a ação é coletiva e em momento algum tira o direto do produtor de soja. Aqueles produtores que se sentirem prejudicados poderão entrar individualmente na justiça contra a empresa Monsanto. Informou ainda sobre o contrato individual da Monsanto, onde o produtor que quiser comprar a semente **INTACTA** com o desconto deverá assinar o contrato individual, reconhecendo que não entrará na justiça por conta do acordo passado. O Presidente RUI PRADO informou que os sindicatos rurais de Sinop, Novo São Joaquim e Cuiabá, ingressaram com uma ação judicial com a finalidade de fazer parte ativa na ação ora em andamento no judiciário, na qual os 47 sindicatos já haviam assinado o acordo. Portanto, não cabe a Famato decidir quanto à questão e sim a justiça, se acata ou não o pedido. Disse ainda que o que se pretendia com a ação, foi conquistado, pois os produtores deixaram de pagar os royalties vencidos da RR1 e ainda receberão de volta os valores já pagos em forma de bônus. Disse ainda, que o acordo financeiro a título de indenização que será pago pela Monsanto para Famato já discutido e aceito pela diretoria da Famato e pelos 47 Sindicatos Rurais, é para beneficiar os sindicatos e pagar a banca de advogados contratados, uma vez que seria necessário remunerar as três bancas de advogados (em Cuiabá, São Paulo e Brasília), pois elas foram responsáveis por defender os 1.200 (mil e duzentos) produtores rurais que passaram uma procuração aos advogados no valor de 13% do valor da ação, inclusive, já fizeram o depósito em juízo e, assim, a Famato não irá desamparar ou prejudicar esses produtores. Sabendo-se disso, incluiu no acordo com a Monsanto onde a Famato deveria ser ressarcida das despesas com o processo e o valor ficou acordado em R\$13.250.000,00 (treze milhões, duzentos e cinquenta mil reais), que será pago no dia que o acordo for protocolado, ao qual a Famato deverá dar destino. Sendo que desse valor mencionado, R\$7.000.000,00 (sete milhões de reais) serão pagos a três bancas de advogados. R\$250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais) são reembolso de custos administrativos e processuais. O restante no valor R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais). Será decidido em assembleia pelo conselho de representantes, e apresentando a seguinte proposta, R\$2.000.000,00 (dois milhões) para 47 sindicatos que entraram na ação, R\$2.000.000,00 (dois milhões) para Aprosoja e os R\$2.000.000,00 (dois milhões) restante para a Famato, que pretende dividir este valor com os 87 sindicatos. O Senhor ADEMIR ROSTIROLLA, Presidente do Sindicato Rural de Campos de Júlio, lembrou que o valor destinado para advogados e custos administrativos e processuais não poderiam ser alterados, pois já foi decidido e votado em reunião anterior com os representantes dos 47 Sindicatos Rurais. Após, a proposta de divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) foi colocada em discussão. O Senhor JORGE PIRES relatou sua preocupação com o benefício que essa ação irá trazer aos produtores rurais. Comentou que, conforme o que já havia dito em assembleia anterior, não sabia quais os benefícios técnicos da ação por não ser produtor de grãos. Por isso, pediu que alguns agrônomos fizessem um estudo para identificar os benefícios da ação, do qual ainda será entregue o relatório. Também comentou sobre opiniões que ouviu a respeito do produto que a Monsanto está circulando a preço alto e sem qualidade. Explicou que o Sindicato Rural de Cuiabá decidiu continuar com a ação por não concordar com a parte financeira da mesma, pois o montante só na agricultura seria de R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais), sem somar os danos morais, mas o acordo atual trata apenas de 2,65% desse valor, o que é uma vergonha para o segmento. O Senhor ADEMIR ROSTIROLLA, Presidente do Sindicato Rural de Campos de Júlio, disse que o acordo já foi decidido e homologado pelos 47 sindicatos e que não seria o momento para discutir se ele é bom ou ruim, mas sim para discutir a pauta para a qual todos foram convocados, que é deliberar sobre o benefício conquistado, ou seja, a divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais). Também sugeriu que os R\$2.000.000,00 que seriam distribuídos aos sindicatos rurais ficassem com a Famato, visto que já foi discutido

exaustivamente que a Federação precisa de recursos para mobilizar, mover ações, entre outros. O Senhor LEONILDO BARES, Presidente do Sindicato Rural de Sinop, destacou que o sindicato de Sinop, em 2009, já havia entrado com ação anterior contra Monsanto e que na época não obteve apoio nem da Aprosoja, nem da Famato, entidades que deveriam ser para a defesa dos interesses do produtor. Mostrou sua insatisfação com o acordo e ressaltou que o mesmo fere o direito de propriedade do cidadão, que é assegurado na legislação brasileira. O Senhor CARLOS ROYTTMEN PIRES DA SILVA, Presidente do Sindicato Rural de Novo São Joaquim, justificou o motivo do sindicato rural de Novo São Joaquim só agora pediu para entrar na ação, esclarecendo que a cidade, atualmente, tem cerca de cem mil *hectares* com cultivo de soja e não participou antes porque, até o momento em que o acordo foi feito, o sindicato não tinha uma resposta dos produtores. Também destacou que faltaram algumas informações que dessem segurança para o sindicato participar e, por isso, o mesmo decidiu participar só agora. O Senhor MÁRIO WOLF FILHO, Presidente do Sindicato Rural de Nova Canaã do Norte, explicou que só aceitou assinar o acordo porque o sindicato do qual é presidente quase não tem recursos e realmente precisa do dinheiro, mas, fora isso, o sindicato discorda com essa ação. O Senhor ANTÔNIO GALVAN, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Sinop, justificou que o sindicato de Sinop não concorda com o acordo, pois está se autorizando que a Monsanto pague o valor na moeda, o que não traz benefícios para quem produz soja. Também relatou que em outra ação feita por Sinop a Monsanto respondeu dizendo que a responsabilidade era do produtor por não limpar as máquinas e armazéns, sendo que não existe parar uma produção ou uma colheita para limpar máquinas e armazéns. Também destacou que ele não aceita esse acordo, pois apoia um acordo que seja feito de forma séria e que traga benefícios verdadeiros para o produtor. O Senhor ALESSANDRO CASADO DA SILVA, Presidente do Sindicato Rural de São José dos Quatro Marcos, destacou que vários produtores já estão assinando esse acordo e a Famato precisa averiguar quantos produtores são, porque, dependendo da quantidade de produtores, não há porque levar a ação adiante. E alertou que a discussão sobre os benefícios do acordo já foi feito muito antes e não agora, apenas porque não agrada uma minoria. O Senhor VILMAR SCHERER, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Vera, disse que a agricultura brasileira vive um momento de caos na questão dos preços e o culpado é o próprio agricultor que, mesmo pagando caro, continua alimentando o sistema. Exemplificou mostrando que no ano passado o glifosato custava seis reais e neste ano o preço subiu para onze reais, enquanto o produtor aceita tudo calado. O Senhor MÁRIO WOLF FILHO, Presidente do Sindicato Rural de Nova Canaã do Norte, comentou que havia boatos de que o preço do glifosato subiu por causa da ação da Famato contra a Monsanto e questiona se o preço ficaria mais baixo, já que foi feito o acordo. Também mostrou preocupação sobre o dinheiro destinado à mídia, dizendo que é importante fazer com que a população enxergue a classe agrícola, mas, esse dinheiro também poderia ser usado em ações para fazer com que o produtor enxergue os sindicatos como uma representação forte. O Senhor LUCIOMAR MACHADO FILHO membro da diretoria do Sindicato Rural de Pontes e Lacerda discordou da realização do acordo. O Senhor JEOVAH FELICIANO SOUZA, Presidente do Sindicato de Chapada dos Guimarães, perguntou se no valor que vai ser repassado para as bancas já está inclusa, integralmente, a defesa dos mil e duzentos produtos que fizeram o depósito em juízo até o final do processo. O Senhor RUI PRADO respondeu que os honorários foram estabelecidos em 13%, então, esse valor já ressarcirá o que o produtor pagou para defesa e, também, o que ainda vai pagar. O Senhor JEOVAH também questionou se os advogados teriam o direito de receber os honorários todas as vezes que esses produtores receberem o desconto de R\$18,50 (dezoito reais e cinquenta centavos) por saca de sementes que serão adquiridas durante quatro anos. O Presidente RUI PRADO respondeu a pergunta informando que os advogados não têm honorários sobre a compra das sementes, uma vez com o acordo assinado, os serviços prestados cessam. O Senhor BENÍCIO BOEING, Presidente do Sindicato Rural de Vera, relatou que o sindicato começou a sofrer grande pressão por parte dos produtores por ter assinado o acordo, porque muitos deles enxergam uma grande diferença entre o que

tinham direito a receber e o que de fato estão recebendo, mas, por outro lado, há produtores que depositaram em juízo e são a favor do acordo e da nova tecnologia. Portanto, essa questão deveria ser amadurecida para que todos consigam entender o acordo de forma clara e igual. O Senhor MARCOS DA ROSA, Vice-Presidente do Sindicato Rural de Canarana e Vice-Presidente Regional da Famato, concordou que o que deveria estar sendo discutido era a divisão dos valores, lembrando que já haviam sido feitas duas reuniões para discutir a questão da tecnologia, de benefícios, entre outros e que os que não compareceram estavam levantando assuntos que já foram discutidos e decididos anteriormente. Também relatou que o sindicato rural de Canarana fez diversas reuniões com os produtores, onde ele mesmo disse que era o momento de olhar para a instituição sindicato rural e não deixar de fazer o acordo apenas por causa de interesses individuais. O Senhor NELSON LUIZ PICCOLI, Diretor Administrativo Financeiro, convidou os presentes, independente de ser ou não produtor de soja, para participarem da Assembleia da Aprosoja, à tarde, onde todo o acordo será lido novamente e discutido, a fim de esclarecer as dúvidas restantes. Pois, como a Aprosoja não realizou reuniões sobre o tema, decidiu realizar a assembleia. O Senhor MARCOS DA ROSA corrigiu dizendo que a Aprosoja não fez assembleia, mas o assunto foi discutido com todos os sindicatos e que realizará a Assembleia porque foi a idealizadora da ação, mas, por estratégia, considerou-se melhor que a Famato fizesse a ação, já que não há outra instituição com mais direitos adquiridos para representar a classe produtora do que a Federação por meio dos sindicatos. O Senhor LUIZ FERNANDO SILVA GUERREIRO, Presidente do Sindicato de Campo Verde, questionou sobre o valor total do acordo que será depositado para a Famato. O Presidente RUI PRADO respondeu que o valor a ser depositado pela Monsanto para a Famato é de R\$13.250.000,00 (treze milhões duzentos e cinquenta mil reais) em dinheiro; R\$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil reais) em uma ação de mídia com TV Globo – totalizando R\$14.000.000,00 (catorze milhões de reais). Mais R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) no ano seguinte (2014), também para mídia direta com TV Globo. Totalizando, no geral, R\$ 19.000.000,00 (dezenove milhões de reais). O Senhor NELSON LUIZ PICCOLI ressaltou que o acordo atual não tira em momento algum o direito do produtor entrar com uma ação individual contra a Monsanto. O Senhor LUIZ FERNANDO SILVA GUERREIRO pediu para manter o foco no assunto da pauta, aproveitando para ressaltar que se não tivesse a ação os produtores estariam até hoje pagando royalties para Monsanto. Lembrou que tanto a ação quanto o acordo já foram todos discutidos anteriormente em reuniões e, agora que o acordo já foi assinado não cabe mais ficar querendo discutir um assunto que passou. O Presidente RUI PRADO esclareceu que a ação na justiça foi feita de forma transparente, convidando todos os 87 sindicatos para participarem e os que optaram por participar foi de livre e espontânea vontade. E, quando o acordo foi proposto, a Famato consultou os sindicatos que faziam parte da ação, explicando sobre ele. Portanto, após a assinatura da Aprosoja e de um membro da Monsanto, o acordo será protocolado na justiça, será enviado para o Ministério Público, após, para o Juiz que irá homologar ou não o acordo. Com relação à vantagem ou desvantagem comentou que ele, também produtor de soja, não vê desvantagens e lembrou mais uma vez que o acordo feito pela Federação não tira o direito individual do produtor. Ressaltou que essa ação proporcionou um ganho de mais de duzentos e cinquenta milhões de reais que o produtor deixará de pagar pela tecnologia R1. Lembrou que o valor da tecnologia Intacta está tabelado em R\$115,00 (cento e quinze reais), podendo ser corrigido pela inflação, e destacou que a Famato moveu a ação contra a maior empresa de biotecnologia do mundo, para proteger o interesse dos produtores que depositaram sua confiança na Federação, quando entrou com ação e também ajudar os Sindicatos Rurais que assinaram ou apoiaram a ação. Com relação ao pagamento na moega, destacou que isso não está sendo defendido pela Famato e para quem quiser tirar qualquer dúvida releia o acordo aonde uma das cláusulas do acordo coloca que se tem até julho de 2015 para definir qual será a forma de cobrança e até lá não existirá cobrança na moega e caso exista a Monsanto se compromete a fazer evoluções no atual sistema. Relembrou também que nosso trabalho não terminou que agora temos que

cobrar a implementação das ações que foram feitos no acordo e caso não seja implementadas temos o direito de entrar com nova ação. Também lembrou que o refúgio é obrigatório para que não se perca a vantagem da tecnologia Intacta e o produtor que misturar as sementes deverá comunicar a Monsanto e ela vai liberar a soja misturada. Ressaltou que nunca viu uma instituição de representação que conseguisse ganhar uma ação nesse valor de uma empresa multinacional e se mostrou indignado com boatos que estão circulando sobre ele e sobre a Famato, fazendo acusações sem fundamentos a respeito do acordo e disse que irá verificar isso e, se realmente estiver acontecendo, entrará com processo por danos morais. Após os esclarecimentos finais, o Senhor RUI PRADO pediu que o foco agora fosse apenas para votar a distribuição dos valores, abrindo para discussão das propostas. O Senhor JOSÉ ALMIR colocou sua proposta de 30% do valor para advogados; 20% para Famato; 20% para Aprosoja e 30% para os sindicatos rurais. O Senhor Rui Prado pediu que a discussão fosse apenas sobre o valor de R\$4.000.000,00 (quatro milhões de reais), pois o pagamento de advogados e da Aprosoja não podiam ser alterados, já que foram pré-acordado em reuniões anteriores. O Senhor PAULO CESAR BELONDI, Presidente do Sindicato de Pedra Preta, perguntou se o valor destinado à Aprosoja já estava pré-estabelecido e se o valor para Famato já seria discutido naquele momento. O Presidente RUI PRADO respondeu que o valor já havia sido pré-acordado com a Aprosoja, mas caberia discussão, caso houvesse alguma proposta que o modificasse seria discutida. Pediu que fossem formuladas propostas e, em seguida, colocadas para votação. A mesa diretora já tinha uma proposta formulada para apresentar e, caso houvesse outra proposta, que o autor se manifestasse e a mesma seria colocada em votação. O Senhor JEOVAH FELICIANO DE SOUZA, Presidente do Sindicato de Chapada dos Guimarães, colocou como proposta, que a divisão fosse feita apenas quando o dinheiro entrar na conta. O Senhor LUIZ CARLOS GONÇALVES, Presidente do Sindicato de Nova Mutum, sugeriu que o assunto já fosse decidido naquele momento. A Senhora DELÚBIA MARIA BORGES TULHA, Presidente do Sindicato Rural de São José do Xingú, também concordou que é importante já definir a divisão, pois assim não seria necessário realizar outra assembleia para discutir o mesmo assunto. O Senhor RONALDO VINHA, Presidente do Sindicato Rural de Colider, esclareceu que o Sindicato de Colider não apoiou a ação porque não foi informado que poderia dar apoio de outra forma além da assinatura, pois a região de Colider tem apenas um produtor de soja, o que não seria suficiente para assinar uma ação que, na época, não sabia se ganharia ou perderia e, caso perdesse, o sindicato é quem teria que arcar com os prejuízos. Após longa discussão e apresentação das propostas o Senhor RUI PRADO solicitou para o Senhor SENNERI PALUDO sistematizar todas as propostas na tela do plenário e apresenta-las simultaneamente. Não havendo mais propostas, o Presidente RUI PRADO pediu ao Senhor SENNERI PALUDO, Diretor Executivo da Famato, para apresentar as propostas e, após, seria feita a votação. Foi apresentada as cinco propostas sistematizadas, sendo a **Proposta N° 1** – divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) – R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para Aprosoja; R\$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais) para os 47 sindicatos da ação; R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) para Famato. **Proposta N° 2** – Divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) - buscar acordo com Aprosoja para que fosse repassado a ela R\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais); R\$ 2.375.000,00 (dois milhões trezentos e setenta e cinco mil reais) divididos entre os 47 sindicatos da ação; R\$2.375.00,00 (dois milhões trezentos e setenta e cinco mil reais) para Famato dividir entre os 87 sindicatos rurais. **Proposta N° 3** – divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) – buscar acordo com Aprosoja para que fosse repassado a ela R\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais); R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) dividido entre os 47 sindicatos; R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) ficam no caixa da Famato; R\$1.000.000,00 (um milhão de reais) divididos entre os 40 sindicatos restantes que não fazem parte da ação. **Proposta N° 4** – buscar acordo com Aprosoja para não passar nenhuma quantia a ela; divisão igualitária dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) para os 86 sindicatos rurais. **Proposta N° 5** – divisão dos R\$6.000.000,00 (seis milhões de reais) - buscar acordo com Aprosoja para que fosse repassado a ela

R\$1.250.000,00 (um milhão duzentos e cinquenta mil reais); R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) divididos entre os 47 sindicatos; R\$750.000,00 (setecentos e cinquenta mil) para o caixa da Famato; R\$2.000.000,00 (dois milhões de reais) divididos entre os 87 sindicatos rurais. O Presidente RUI PRADO refez a recontagem do quórum e informou que havia 51 (cinquenta e um) representantes presentes, para votar e que a votação seria feita por exclusão, onde todas as propostas seriam votadas e a que tivesse menos votos seria excluída, para depois votar nas restantes e seguir o mesmo procedimento até restar apenas uma. Após o decorrer das votações restaram as propostas nº2 e nº5 e antes de se fazer a última votação, o Senhor RUI PRADO pediu que os que tivessem interesse levantassem e defendessem a propostas restantes. O Senhor ANTÔNIO CARLOS CARVALHO DE SOUSA, Presidente do Sindicato de Santo Antônio do Leverger, e Senhor AGENOR VIEIRA DE ANDRADE NETO, Presidente do Sindicato de Marcelândia, defenderam a proposta nº 2. Os Senhores EDUARDO BARONI, Presidente do Sindicato Rural de Barra do Garças, LUIZ CARLOS GONÇALVES, Presidente do Sindicato de Nova Mutum e Senhora DELÚBIA MARIA BORGES TULHA, Presidente do Sindicato São José do Xingú, defenderam a proposta nº 5. Após a votação e escolhida pela maioria foi a proposta Nº 5. Presidente, RUI PRADO lembrou que essa proposta precisaria, ainda, ser discutida com a Aprosoja, já que o valor destinado a ela era menor que o acordado anteriormente. Com o decorrer dos fatos, outra assembleia seria convocada, caso fosse necessária. Não havendo nenhum outro assunto para tratar, o Presidente Rui Prado encerrou a assembleia as 13h e 30 minutos e que fosse lavrada a presente ata, que vai assinada por mim, Pollyana da Silva, secretária "*ad hoc*" e pelos integrantes da mesa.

Rui Carlos Ottoni Prado
Presidente

Normando Corral
Vice-Presidente

Nelson Luiz Piccoli
Diretor Administrativo e Financeiro

Pollyana da Silva
Secretária "*ad hoc*"